



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA  
COORDENADORIA ACADÊMICA  
CURSO AVANÇADO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

GUSTAVO CARLOS GOMES DE FREIXO, Ten Cel Int

**Forças Armadas como um dos agentes garantidores da retomada da soberania  
diante de forças irregulares**

Rio de Janeiro

2021

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA  
COORDENADORIA ACADÊMICA  
CURSO AVANÇADO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

GUSTAVO CARLOS GOMES DE FREIXO, Ten Cel Int

**Forças Armadas como um dos agentes garantidores da retomada da soberania  
diante de forças irregulares**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Curso Avançado de  
Comando e Estado-Maior da Escola de  
Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.  
Linha de Pesquisa: Poder Militar.  
Orientador: Luiz Gustavo Schenk.

Rio de Janeiro

2021

## RESUMO

A guerra irregular é um conflito de baixa intensidade presente em vários países e justificado, após a Segunda Guerra Mundial, por fatores políticos, sociais, econômicos, culturais, históricos, religiosos e psicológicos. É protagonizada por atores não-estatais, chamados insurgentes, que desenvolvem sua estrutura em Estados falidos ou com um governo legitimamente fraco enquanto estabelecem governos paralelos. Os grupos insurgentes são caracterizados por influenciar a população local, pela intimidação e violência, e se infiltrar na população civil, o que os tornam difíceis de serem detectados e enfrentados. Diante de um panorama tão complexo, que gera medo à população, este artigo abordou o tema da contrainsurgência na Colômbia e no Afeganistão com o objetivo de identificar em que medida a atuação das Forças Armadas contribuiu para o restabelecimento da soberania do Estado em locais dominados por insurgentes nestes países. Baseado em pesquisa bibliográfica, foram identificadas ações das Forças Armadas no combate aos insurgentes por meio do emprego de inteligência e de forças especiais e da conquista do apoio da população. Considerando a teoria e após observar essas ações realizadas pelas Forças Armadas, a pesquisa revelou que a maior intensidade de suas ações enfraquece e desestabiliza os insurgentes e aumenta a percepção de segurança da população.

Palavras-chave: guerra irregular; forças armadas; forças especiais; inteligência.

## **ABSTRACT**

*Irregular warfare is a low intensity conflict present in several countries and justified, after World War II, by political, social, economic, cultural, historical, religious and psychological factors. It is played by non-state actors, called insurgents, who develop their structure in failed states or with a legitimately weak government while establishing parallel governments. Insurgent groups are characterized by influencing the local population, by intimidation and violence, and infiltrating the civilian population, what makes them difficult to be detected and confronted. Due to such a complex panorama that generates fear for the population, this article addressed the topic of counterinsurgency in Colombia and Afghanistan with the aim of identifying to what extent the action of the Armed Forces contributes to the reestablishment of State sovereignty in places dominated by insurgents in these countries. Based on a bibliographical research, actions of the Armed Forces were identified in the fight against insurgents through the use of intelligence and special forces and by winning the support of the population. Considering the theory and after observing these actions carried out by the Armed Forces, the research revealed that the greater intensity of their actions weakens and destabilizes the insurgents and increases the population's perception of security.*

*Keywords: irregular warfare; armed forces; special forces; intelligence.*

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>8</b>
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>9</b>
<b>4</b>	<b>CENÁRIOS DE INSURGÊNCIA</b> .....	<b>12</b>
<b>4.1</b>	<b>Contextualização histórica da Colômbia</b> .....	<b>12</b>
<b>4.2</b>	<b>Ações de contrainsurgência na Colômbia</b> .....	<b>15</b>
<b>4.3</b>	<b>Contextualização histórica do Afeganistão</b> .....	<b>19</b>
<b>4.4</b>	<b>Enfrentamento dos insurgentes no Afeganistão</b> .....	<b>21</b>
<b>4.5</b>	<b>Análise dos resultados</b> .....	<b>24</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>26</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>30</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A história mostra que as guerras, independentemente do seu tempo, tiveram contextos distintos e consequências sempre trágicas para os contendores, quer fossem vitoriosos ou derrotados, considerando o enorme derramamento de sangue de combatentes e civis. A dinâmica e a estratégia de combate dos conflitos armados foram evoluindo, destacando-se o predomínio do envolvimento de estados nacionais ou atores estatais, por meio de suas Forças Armadas (FA), caracterizando as chamadas guerras regulares ou convencionais. Sem dúvida, a mais marcante foi a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que, além do número de vítimas, estarreceu a população com o uso da bomba atômica.

Com o fim desse conflito e o temor de nova utilização de artefato nuclear, a partir da polarização político-ideológica entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na chamada Guerra Fria, surgem diversos conflitos de baixa intensidade, que se intensificam mesmo com o fim da Guerra Fria. Em que pese não serem novidades, esses tipos de conflitos se desenvolvem e evoluem até os dias atuais, marcados por fatores políticos, sociais, econômicos, culturais, históricos, religiosos e psicológicos. Entretanto, uma característica significativa apontada por Lind (2005) para esses conflitos, que marca a Quarta Geração da guerra, é a perda do monopólio do Estado sobre a mesma. Portanto, surgem, como novos protagonistas, atores não estatais, considerados forças irregulares, caracterizando as chamadas guerras irregulares. Em vários países, as Forças Armadas, como estrutura permanente, combatem, de forma continuada ou temporária, diferentes oponentes não estatais (insurgentes), sendo terroristas, rebeldes, milicianos, guerrilheiros, narcotraficantes, dentre outros, podendo ser citados a Al-Qaeda, o Talibã, o Hezbollah, o Hamas, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV), dentre outros.

Em um contexto tão amplo da guerra irregular, o tema a ser tratado neste artigo está relacionado às atividades de contrainsurgência na Colômbia e no Afeganistão, a partir do final do século XX, voltadas à atuação das Forças Armadas para o restabelecimento da soberania do Estado. Esses países, tão distantes geograficamente e distintos culturalmente, gozam de uma característica comum que é a fraca legitimidade do governo local aos olhos do seu povo, seja por omissão ou

ineficiência, contribuindo para a instalação e perpetuação de insurgentes no seio do Estado. Tais atores paralelos se aproveitam da lacuna deixada pelo governo para ocuparem espaços e exercerem influência sobre a população por meio de operações psicológicas, doutrinação ideológica, subversão, atividades assistencialistas e pelo emprego da violência. Segundo Visacro (2009), na década de 1980 na Colômbia, as FARC, presentes em 40% do território, criaram administrações paralelas responsáveis pela gestão municipal, segurança da população, cobrança de impostos, redistribuição de terras, saúde pública, construção e funcionamento de escolas, etc. Já Azevedo (2015) aborda que a inoperância do governo do Afeganistão é considerada um dos fatores que mais favorece a ressurgência do Talibã. Diante desse cenário tão obtuso, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: como as Forças Armadas, na qualidade de ator estatal, podem atuar para restabelecer a soberania do Estado em áreas dominadas por insurgentes na Colômbia e no Afeganistão?

Para obter possível resposta ao problema, foi levantada a hipótese de que a segurança da população, em áreas dominadas por insurgentes, tende a ser garantida com o emprego das Forças Armadas.

Na sequência, o objetivo geral deste artigo é identificar em que medida a atuação das Forças Armadas, em locais dominados por insurgentes na Colômbia e no Afeganistão, contribui para o restabelecimento da soberania do Estado.

Além do objetivo geral supracitado, foram formulados os seguintes objetivos específicos: identificar o emprego de atividades de inteligência nas áreas de conflito; identificar a conquista do apoio da população; e identificar o emprego de Forças Especiais contra as forças irregulares.

A presente pesquisa torna-se relevante por abordar um assunto cada vez mais atual e complexo que gera discussões entre especialistas e medo na população em geral. Tratar de Guerra Irregular e de como combater forças insurgentes é algo intrigante e desafiador por este tipo de conflito ocorrer em diferentes cenários e contextos e por não haver uma “receita de bolo” para tal. Vários países, por meio de suas respectivas FA ou com a ajuda de terceiros, tem envidado esforços e adotado estratégias e táticas para conter forças irregulares, por vezes utilizando apenas o emprego do poder bélico. Entretanto, a capacidade dos insurgentes de se infiltrarem na população local e de se confundirem com inocentes torna sua detecção difícil e o seu enfrentamento direto, por meios convencionais, um risco devido a possíveis danos colaterais. Cabe ressaltar o fato de que os insurgentes buscam cooptar o apoio da

população local, em muitos casos por meio da intimidação e da violência. Outro ponto que dificulta a localização dos insurgentes é o fato de aproveitarem as características do terreno para estabelecerem seus locais de homizio. Do exposto, busca-se com este trabalho apresentar uma abordagem de algumas ações a serem desempenhadas pelas FA, a fim de se obter êxito na contrainsurgência, além do fato de propiciar que o assunto possa ser aprofundado em outros estudos.

## **2 METODOLOGIA**

O método científico a ser utilizado neste trabalho será o dedutivo. A partir da teoria, de conceitos consagrados e de estudos progressos pretende-se concluir que o emprego das FA contra forças irregulares, com o apoio da população, é capaz de restabelecer a soberania do Estado e garantir a segurança da própria população.

Em relação à pesquisa, a abordagem será qualitativa, de modo a coletar dados que permitam compreender e explicar, dentro do universo multifacetado da guerra irregular, a influência dos insurgentes sobre a população local e o Estado, bem como a dificuldade de as FA enfrentarem as forças irregulares.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa será bibliográfica, a partir do levantamento de referências teóricas e trabalhos científicos sobre guerra irregular, centro de gravidade, contrainsurgência, atividades de inteligência e operações especiais. Em função do número elevado de conflitos armados envolvendo atores não estatais em praticamente todos os continentes, a análise das informações obtidas para estabelecer conexões que permitam buscar uma solução ao problema apresentado neste trabalho será limitada à Colômbia e ao Afeganistão. A relevância para a escolha desses países, dentre outros motivos, deve-se a duas questões tratadas por Pedrosa (2017) ao mencionar que a Colômbia é o território que possui o conflito irregular mais antigo do planeta, durando mais de 50 anos de forma ininterrupta, e que o Afeganistão é o primeiro país do mundo em número de vítimas por artefatos explosivos improvisados, utilizado por forças irregulares, sendo exatamente a Colômbia a segunda colocada.

Dessa forma, para se alcançar o primeiro objetivo específico, serão reunidos dados de documentos, publicações e artigos para identificar as ações de inteligência pertinentes ao levantamento de informações sobre os insurgentes e o local de conflito, de forma a viabilizar um planejamento eficiente das missões de contrainsurgência.

Para se atingir o segundo objetivo específico, serão consultados documentos, publicações e artigos que permitam identificar os meios e os caminhos para se conquistar o apoio da população, de modo a isolar os insurgentes e eliminar sua influência sobre a população não combatente.

Para se atingir o terceiro objetivo específico, também serão consultados documentos, publicações e artigos para identificar as ações de emprego de Forças de Operações Especiais na área de conflito para combater às forças irregulares e reduzir danos colaterais à população civil.

Por fim, todos os dados a serem obtidos nesta pesquisa serão dados secundários.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

Para auxiliar a compreender as especificidades dos conflitos é importante primeiramente observar um modelo desenvolvido por Willian S. Lind chamado “As Quatro Gerações da Guerra Moderna”, que começou com o Tratado de Paz de Vestfália, em 1648, momento no qual o monopólio da guerra passou a ser do Estado (LIND, 2005). A partir desse tratado, nas três primeiras gerações que se estendem até a Segunda Guerra Mundial, o que se viu, de maneira geral, foi uma evolução da cultura militar e dos meios e das táticas empregados em combate, começando com o combate linear, ações padronizadas e emprego do princípio da massa, evoluindo para o emprego intensivo do poder de fogo, mantendo-se a linearidade e um padrão formal de ação, e avançando para a tática de manobra e a surpresa, havendo a liberdade de ação e um combate não linear. Já a Quarta Geração traz uma mudança significativa que é a perda do monopólio do Estado sobre a guerra, passando os atores não estatais a protagonistas dos conflitos. Segundo Lind (2005, p. 17) “o que a caracterizará não serão grandes mudanças em como o inimigo combate, mas quem estará lutando e para que”. Neste contexto da teoria de Lind é que se enquadra a guerra irregular, cujo conceito, aceito pela maioria no âmbito militar internacional e adotado nos EUA, é abordado por Pinheiro (2007, p. 13): “luta violenta entre estados e grupos armados não estatais pela legitimidade e influência sobre uma população relevante”.

Como sustentação teórica há de se ressaltar a abordagem feita por Clausewitz sobre a guerra, em sua obra publicada há quase 190 anos, que ainda se mantém atual:

A guerra é mais do que um verdadeiro camaleão, que adapta um pouco as suas características a uma determinada situação. Como um fenômeno total, as suas tendências predominantes sempre tornam a guerra uma trindade paradoxal – composta da violência [...], do acaso [...]; e sujeita apenas à razão. (CLAUSEWITZ, 2010, p. 92).

A partir dessa trindade, Schuurman (2010) traduz o que pode ser uma ferramenta para o planejamento e a análise estratégica do combate aos insurgentes, de modo que: o acaso sempre traz uma névoa aos conflitos armados, não sendo possível planejá-los ou controlá-los com total precisão; as ações e os anseios de grupos insurgentes tem uma razão de ser e não podem ser ignorados; e a legitimidade da luta desses grupos, incluindo o suporte logístico e outras demandas, dependem do apoio da população, não sendo o emprego da força a única forma de derrotar os insurgentes. De acordo com Schuurman (2010, p. 56) “a violência, o acaso e o propósito racional são princípios de guerra eternos e, devido à natureza variável das relações que têm entre si, são capazes de descrever uma variedade infinita de conflitos”.

Sobre a guerra irregular, alguns pontos devem ser trazidos para possibilitar o entendimento do seu contexto e das suas peculiaridades. Primeiramente, não existem regras e padrões rígidos de enfrentamento entre os beligerantes, permitindo a esse tipo de conflito desenvolver-se em diversos ambientes políticos e psicossociais de acordo com o cenário em que estejam inseridos. Portanto, cada conflito é único e deve ser conduzido de acordo com as peculiaridades locais. Segundo Visacro (2009, p. 220) “fatores de ordem histórica, cultural, econômica e psicológica determinam não só a natureza dos conflitos irregulares como também sua amplitude, sua dinâmica, seus protagonistas, suas motivações e suas perspectivas de vitória”. Em segundo, por não haver uma declaração formal de guerra, como nos conflitos regulares entre Estados nacionais antagônicos, e não existirem frentes de batalha, há uma indeterminação do tempo e do espaço. Destarte, os insurgentes, aproveitando-se desse cenário, infiltram-se na população não combatente para não serem detectados. Conforme Lind (2005, p. 17) “a mudança em quem combate torna difícil diferenciar entre o amigo e o inimigo”. Outra questão é a atuação das forças irregulares de forma indireta, por meio de operações psicológicas de terrorismo e subversão, dentre outras, evitando-se o atrito devido à sua inferioridade de poder de combate.

Quem conduz a guerra irregular procura evitar tais testes diretos de poder e busca, ao invés disso, instabilizar, surpreender, exaurir o adversário para desequilibrá-lo, esgotá-lo intelectual e moralmente sem sequer lhe

proporcionar oportunidade de empregar suas armas – que normalmente são superiores. (HEYDTE, 1990 apud VISACRO, 2009, p. 236).

Na mesma linha de raciocínio, Pinheiro (2007, p. 13) afirma que:

A guerra irregular [...] desenvolve-se mediante aproximação indireta baseada numa perspectiva holística que envolve aspectos políticos, econômicos, psicossociais, militares e científico-tecnológicos, visando erodir o poder, a influência e a vontade do oponente.

Outra fonte de conflitos irregulares duradouros é a existência de Estados falidos, marcados por falhas e ineficiência de governança estatal em garantir serviços básicos à população, que geram vácuo de poder favorecendo a ascensão de grupos insurgentes. Tal contexto deteriora a legitimidade do governo central permitindo aos insurgentes controlarem atividades tradicionalmente inerentes ao Estado. Em relação ao que a professora Marília Souza aborda como embate entre grupos domésticos (atores não estatais) e governos cabe ressaltar:

O mais comum nessas situações é a existência de organizações que, por meio do controle de territórios e recursos estratégicos, disputam com a própria autoridade central de seu país o monopólio do uso da força. Assim, o interesse maior desses grupos domésticos seria afrontar o poder do Estado, almejando substituí-lo. (SOUZA, 2012, p. 12).

Por outro lado, como aponta Visacro (2019), há casos em que os insurgentes não vislumbram assumir o controle do Estado (tomar o poder), mas sim comprometer sua governança e suas instituições por meio do enfrentamento do aparato de segurança, do controle de áreas não governadas, da expansão de atividades ilícitas e da corrupção e infiltração em órgãos públicos.

Em um cenário de guerra irregular, uma peça-chave que será capaz de desequilibrar a balança em favor das FA (atores estatais) ou dos insurgentes (atores não estatais) é a população. Esse entendimento encontra respaldo nas palavras do General prussiano Carl Von Clausewitz, influenciador do pensamento militar, cujas ideias do início do século XIX se mantêm até os dias atuais. Para Clausewitz (2010), o conceito de centro de gravidade é o ponto focal responsável por manter o funcionamento de toda uma estrutura, motivo pelo qual é aquele em que todas as energias devem ser concentradas para colapsar o sistema inimigo. A fim de ratificar esse pensamento, segundo Visacro (2009, p. 232) “a guerra irregular, em sua essência, resume-se à luta pelo apoio da população”. Nesse contexto, é importante proteger a população, conforme aponta Galula:

Ao ameaçar a população, o insurgente dá à população uma desculpa, senão uma razão, para recusar ou abster-se de cooperar com o contrainsurgente. O contrainsurgente não pode alcançar muito se a população não está, e não se sente, protegida contra o insurgente. O contrainsurgente precisa, portanto, intensificar sua atividade militar [...]. Planos para uma reação rápida contra

qualquer movimento insurgente devem ser elaborados, envolvendo forças contrainsurgentes que podem estar prontas a qualquer momento. (GALULA, 2006, p. 83, tradução nossa).

Para engajar nessa luta, vários países têm empregado forças especiais que, no Brasil, conforme o glossário das FA (MD35-G-01), significa:

Tropa de operações especiais apta na condução de guerra irregular, que, pela versatilidade que lhe confere a estrutura, o grau de instrução e o grande número de especialistas, pode ser empregada em grande variedade de missões que contribuem para a consecução dos objetivos da força como um todo. (BRASIL, 2016).

Conforme a missão no contexto da guerra irregular, o emprego de forças especiais pode ser em ações diretas, como eliminar ou capturar líderes insurgentes e terroristas, ou em ações indiretas, como coletar dados de inteligência sobre o inimigo e o local desejado, destacar alvos de interesse para a força aérea, assim como influenciar o público-alvo a ser favorável aos objetivos da tropa amiga (LISBOA, 2017).

Visacro (2012) aponta que a experiência vivida por T. E. Lawrence na Revolta Árabe permite identificar seis princípios das relações interculturais essenciais aos combatentes de forças especiais em ações indiretas: devem se interessar pela cultura da população local; devem observar constantemente e aprender sobre o ambiente em que estão inseridos; devem ser humildes e estarem dispostos a aprender sobre a cultura nativa com as pessoas mais pobres; devem se dedicar a estabelecer uma confiança mútua com a população local naturalmente (sem imposição); devem adquirir empatia para compreender a realidade do povo local; e devem se comprometer com as verdadeiras necessidades dos habitantes locais. A prática desses princípios permitirá às forças especiais produzir conhecimento de interesse para a inteligência e atrair o apoio da população.

## **4 CENÁRIOS DE INSURGÊNCIA**

### **4.1 Contextualização histórica da Colômbia**

Para se ter a visão do conflito irregular na Colômbia e como se desenvolveu e foi combatido um dos mais conhecidos grupos guerrilheiros do mundo, as FARC, é preciso percorrer alguns acontecimentos marcantes no país nos séculos XX e XXI.

Em meados da década de 1940, a violência no país foi protagonizada pela disputa política entre dois partidos nacionais, o conservador e o liberal, e estendeu-se

por toda a sociedade colombiana por vinte anos, ceifando cerca de duzentas mil vidas. Esse período da história foi descrito da seguinte forma:

[...] um período de pesadelo e derramamento de sangue, tão vazio de significado que ficou chamado simplesmente de La Violencia [...]. Exércitos públicos e privados aterrorizavam áreas rurais. O governo combatia as guerrilhas paramilitares, os industriais combatiam os sindicalistas, os católicos conservadores combatiam os liberais heréticos e bandidos tiravam vantagem dos saques em uma terra de ninguém. (BOWDEN, 2002 apud VISACRO, 2009, p. 290).

De acordo com Pedrosa (2017), em 1948, durante a IX Conferência Panamericana em que foi fundada a Organização dos Estados Americanos (OEA), houve o assassinato do líder do partido liberal Jorge Eliécer Gaitán, desencadeando uma onda de revolta popular que destruiu a capital Bogotá, sendo conhecida por *El Bogotazo*. Esse sentimento de fúria se expandiu por outras cidades do país.

Na década de 1960, surgiram grupos armados em diversos locais da Colômbia, sendo o principal deles, as FARC, fundado em 1964, por Manuel Marulanda, na região de Marquetalia. O grupo visava se expandir nacionalmente usando tática de guerra de guerrilhas.

Nas décadas de 1970 e 1980, após anos de violência por conflitos civis e perseguições políticas, houve o acréscimo da violência devido à produção de drogas ilícitas na Colômbia e à distribuição na Europa e nos EUA, sendo este o principal mercado consumidor. Tais atividades se mostraram altamente lucrativas que o país se tornou o maior produtor de cocaína do mundo. Conforme Visacro (2009, p. 295) “estima-se que, no ano de 1997, 67% da receita das FARC foram provenientes do tráfico de entorpecentes”. Situação corroborada por Rippel que apontou como esse rentável negócio ganhou relevância para os guerrilheiros:

Os guerrilheiros, que controlavam algumas áreas de produção de coca, passaram a extorquir dinheiro dos narcotraficantes, em troca de neutralidade e proteção. Posteriormente, os próprios guerrilheiros passaram a integrar o negócio da droga, assumindo tarefas na sua produção e transporte. A sinergia resultante dessa associação entre os grupos guerrilheiros e narcotraficantes teve como resultado o incremento da guerrilha, que passou a ameaçar seriamente o estado colombiano. (RIPPEL, 2017, p. 84).

Segundo Visacro (2009), em 1982, as FARC acrescentaram a denominação Exército do Povo ao nome original, tornando-se FARC-EP, e mostraram o seu nível de expansão ao atingirem um efetivo entre doze e dezoito mil guerrilheiros e estarem presentes em aproximadamente 40% do território nacional. Posteriormente, o grupo guerrilheiro passou a atuar na política por meio do partido União Patriótica.

No final dos anos 1990 houve uma tentativa do governo de estabelecer a paz por meio da concessão de uma área desmilitarizada às FARC, conhecida por *Zona de Despeje*, para que fossem realizadas atividades econômicas legais. Entretanto, os esforços não lograram êxito. Tal medida do Presidente Andrés Pastrana fazia parte do Plano Colômbia, que se tratava de uma estratégia governamental voltada, inicialmente, à busca da paz por meio de negociações com os grupos guerrilheiros.

Até então, a linha do tempo mostrou que a intensidade e o alcance da violência e do narcotráfico foram aumentando e ganhando cada vez mais relevância, inclusive internacionalmente, tendo como ator principal o grupo guerrilheiro das FARC. Todavia, a situação começou a tomar outro rumo e ficar desfavorável aos insurgentes a partir da virada do século.

Diante da ameaça à segurança nacional dos EUA pelo tráfico de drogas e da necessidade de o governo colombiano obter recursos para financiar seu plano, os norte-americanos aceitaram contribuir com US\$ 1,3 bilhão, desde que o foco do plano passasse a ser o combate ao narcotráfico. Nesses termos, o Plano Colômbia priorizou elementos militares e policiais.

No início do governo do Presidente Álvaro Uribe, em 2002, com a ajuda norte-americana e a mudança de foco, expandindo-se para o combate aos guerrilheiros, Santos Filho (2018, p. 17) afirma que “o presidente conseguiu que o governo norte-americano aprovasse a utilização dos recursos do Plano Colômbia para a luta contrainsurgente, alegando que os movimentos guerrilheiros eram, na verdade, terroristas”. Cabe destacar que o governante utilizava o termo terroristas como narcoguerrilhas.

O pacote americano viabilizou a aquisição de aeronaves de asas fixas e, principalmente, rotativas para missões de transporte de tropa, apoio aéreo aproximado e reconhecimento, além de equipamentos de inteligência modernos. Sobre a cooperação norte-americana, tem-se que:

A ajuda na área quantitativa se deu por meio da transferência de sistemas de defesa com aplicação para conflitos irregulares, como foi o caso de helicópteros para missões de apoio aéreo aproximado (através do Pacote de Helicópteros do Plano Colômbia), aeronaves de inteligência e reconhecimento, sistemas de vigilância, dentre outros. (SANTOS FILHO, 2018, p. 23).

Ainda de acordo com Santos Filho (2018), dois pontos fundamentais nessa ajuda foram os suportes à mudança organizacional e à reestruturação das FA colombianas, voltados para a contrainsurgência, destacando-se a mudança

doutrinária por meio da criação de unidades militares especiais e de forças de operações especiais, da integração de uma estrutura conjunta entre as Forças Armadas e o sistema de Inteligência, do emprego de operações conjuntas e do treinamento de tropa nos moldes de forças de operações especiais.

#### **4.2 Ações de contrainsurgência na Colômbia**

Metade do território colombiano é ocupado por planícies e selvas com vegetação densa, pouco povoadas, que, vistas do alto, parecem um tapete verde, sendo local de homizio de guerrilheiros e de cativoiro de sequestrados pelas FARC.

A diversificação dos investimentos e as transformações estruturais e doutrinárias no aparato de segurança da Colômbia renderam bons frutos às atividades de contrainsurgência, destacando-se resultados positivos em 2007 e 2008.

Em julho de 2007, um grupo de elite denominado Força de Tarefa Conjunta Ômega, reunido por militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, eliminaram importantes líderes e feriram um dos integrantes do estado-maior central das FARC, que forneceu informações importantes sobre suas operações por meio de um computador abandonado na fuga. Dois meses depois, a Força Ômega eliminou o líder da frente 16 das FARC, responsável pelo negócio do narcotráfico da guerrilha e pelo tráfico de armas no oriente da Colômbia. Em 24 de outubro do mesmo ano foi abatido o líder da frente 37 e idealizador de um atentado fracassado contra o presidente Bill Clinton em Cartagena. Como apontado por Cuéllar (2009), as sucessivas ações contra as FARC, cumpridas com sucesso pela Força Pública, abalaram o moral da guerrilha, ao passo que aumentaram o dos militares e do povo colombiano, que percebeu uma melhora no seu nível de segurança.

A inteligência e as forças militares não trabalhavam apenas para neutralizar ou capturar insurgentes, mas, também, para conseguir a liberdade de reféns sob custódia das FARC. Com base em informação interceptada, dirigida ao líder da 1ª frente das FARC, o Comandante do Exército, general Mario Montoya, ordenou em 12 de janeiro de 2008 que tivesse início uma operação das Forças Especiais do Exército, denominada Elipse, para realizar uma missão de resgate ou um cerco humanitário, de acordo com a viabilidade, sem pôr em risco a vida dos reféns. Em 18 de janeiro teve-se notícia de que um grupo de prisioneiros se encontravam perto do canal Bacatí, no rio Vaupés. Porém, diante da fuga dos guerrilheiros e da perda do paradeiro dos

prisioneiros, a responsabilidade operacional passou ao Comando Conjunto de Operações Especiais, sob o comando do general Carlos Suárez, que deu prosseguimento à operação de acompanhamento e rastreamento dos guerrilheiros usando pequenos grupos de comandos especializados. (CUÉLLAR, 2009).

Paralelamente à operação para localização dos guerrilheiros e dos reféns, em 4 de fevereiro de 2008 houve a maior manifestação espontânea, nunca vista, da população nas ruas das principais cidades colombianas e de mais de cem cidades no mundo para protestar contra a prática do sequestro promovida pelas FARC. Vestindo camisetas brancas, milhares de colombianos transmitiram de forma clara a mensagem: “Não mais sequestros, não mais mentiras, não mais mortes, não mais FARC!”. Diante do vulto e da repercussão da manifestação, mobilizada por jovens, em rede social, e não por iniciativa do governo, de organização não governamental ou grupo político, não restou dúvida de que a população repudiava os atos violentos e não apoiava as FARC. Segundo Cuéllar (2009, p. 55), “o dia 4 de fevereiro de 2008 entrará para a história como a data em que a Colômbia despertou da indiferença.”

Dias depois, em 15 de fevereiro de 2008, doze homens do comando de reconhecimento e exploração foram instruídos a montarem um ponto de vigilância em determinadas coordenadas precisas no rio Apaporis. A localização não era aleatória, pois a inteligência do Exército havia rastreado a movimentação dos grupos guerrilheiros e informado ao Comando Conjunto de Operações Especiais sobre a elevada probabilidade de que os reféns fossem encontrados nessa área. (CUÉLLAR, 2009).

O treinamento adequado da equipe, preparada para sobreviver na selva por um mês, camuflada na mata, portando equipamentos de comunicação e localização modernos, e o conhecimento do ambiente em que estava inserida e dos atores envolvidos, foram fundamentais para os militares colombianos avistarem guerrilheiros e identificarem grupos de reféns sequestrados. Um fato apontado por Cuéllar (2009) mostra como os militares colombianos, que haviam convivido com norte-americanos, identificaram, por meio de risadas, que alguns reféns se tratava de estrangeiros. Devido à distância, foi confirmado, por binóculo e comparação com fotos, que eram três norte-americanos sequestrados. Em outro ponto de vigia, parte da equipe observou mais sequestrados, totalizando, em um dia, a localização de dez dos quinze reféns sob custódia da primeira frente das FARC. Por meio de uma ligação, as informações foram passadas ao comandante da operação, que os parabenizou por

terem sido os primeiros militares a ver um sequestrado em dez anos. O término dessa missão pertencente à Operação Elipse foi abordado por Cuéllar da seguinte forma:

O grupo de comando, satisfeito por ter detectado a posição de dez reféns, prosseguiu sua tarefa de rastreamento e reconhecimento por mais duas semanas, até ser recolhido por um helicóptero depois de um mês de tensa subsistência no meio da selva. Sua tarefa fora um sucesso. (CUÉLLAR, 2009, p. 66).

Em 10 de março de 2008, por meio de nova informação precisa da inteligência, as FA da Colômbia neutralizaram Raúl Reyes, membro do órgão máximo de direção e número dois na hierarquia das FARC, encarregado das relações internacionais. Reyes estava na selva com um grupo grande de guerrilheiros e foram encontrados computadores e discos rígidos contendo documentos, fotos, vídeos e mensagens eletrônicas que indicavam uma rede de apoios complexa que as FARC mantinham com governos vizinhos. Essa e outras duas baixas no secretariado das FARC, em março de 2008, incluindo o seu líder máximo Manuel Marulanda, representaram um dos piores momentos para o grupo guerrilheiro. (CUÉLLAR, 2009).

Após três meses de deslocamento dos reféns sempre na mesma direção e separados em três grupos por uma distância pequena, em 20 de março de 2008 foi ordenado que os grupos seguissem em direções distintas, dispersando em uma área de duzentos quilômetros quadrados aproximadamente. Essa manobra, juntamente com o fato de os guerrilheiros terem reduzido dias antes as comunicações entre eles, comprometeu o rastreamento e a localização dos grupos pelas forças de segurança. Diante da situação, o Comandante do Exército, general Mario Montoya, ordenou ao diretor da Inteligência do Exército, general Ricardo Diaz, e ao chefe da inteligência técnica, que utilizassem todo o aparato da inteligência para planejar uma operação especial que permitisse localizar novamente os reféns e viabilizasse o resgate de todos. (CUÉLLAR, 2009).

Cabe destacar que a Colômbia havia fortalecido e aperfeiçoado sua inteligência ao longo dos últimos anos com meios técnicos avançados e recursos humanos capacitados, por meio do apoio do Serviço Britânico de Inteligência Secreta (MI6), de antigos generais e membros do serviço israelense de inteligência (Mossad) e, como já mencionado, da ajuda constante dos Estados Unidos por meio do Plano Colômbia. Aliado a essa estrutura, o Ministro da Defesa, general Juan Manuel Santos, identificou a necessidade da troca de informações entre as centrais de inteligência dos órgãos do Estado, como apontado por Cuéllar:

Com a criação da Chefatura de Operações Especiais Conjuntas foi possível combinar e compartilhar os esforços de inteligência e operacionais das forças militares e da polícia, bem como do Departamento Administrativo de Segurança (DAS), graças aos quais foram obtidos resultados antes impensáveis [...]. (CUÉLLAR, 2009, p. 81).

A partir de então, a equipe de inteligência trabalhou no planejamento da operação que entrou para a história, composta por duas fases, chamada Operação Xeque.

A primeira fase foi constituída de um engodo eletrônico, no qual a inteligência colombiana se infiltrou nas comunicações dos guerrilheiros das FARC para substituí-los, de modo que o inimigo passou a falar com um agente infiltrado pensando estar se comunicando com outro guerrilheiro. Entre planejamento e execução, essa fase durou alguns meses e iniciou em 20 de abril de 2008. Em 01 de junho do mesmo ano, a equipe obteve o primeiro êxito ao conseguir se infiltrar nas comunicações, sem ser descoberta, e obter os dados da localização dos reféns. Entretanto, foi preciso enganar os guerrilheiros, por semanas, para que reunissem todos os reféns em um único local, de forma a viabilizar um resgate. O desejo da equipe se concretizou somente em 24 de junho, quando todos foram reunidos. (CUÉLLAR, 2009).

A segunda fase tratou-se de um engodo tático para resgate dos prisioneiros, em que foi montada uma missão humanitária internacional de fachada para transferir os reféns, com supervisão internacional, para outro local em que estaria presente o líder das FARC. Diante do plano definido, foram reunidas pessoas-chave, sendo a maioria agentes da inteligência com capacidades e características que pudessem desempenhar personagens (equipe de delegados internacionais, equipe médica, equipe de jornalismo e guerrilheiros da FARC, totalizando onze pessoas), foram descaracterizados dois helicópteros do Exército e foi montada a história da missão humanitária. Todo o teatro com as ações a serem desenvolvidas foi exaustivamente treinado, considerando o alto risco da missão para os reféns e para a equipe, que contava também com os pilotos e a tripulação dos helicópteros, sendo que ninguém podia portar qualquer armamento para não denunciar o disfarce. (CUÉLLAR, 2009).

A missão envolveu uma aeronave de inteligência norte-americana para suporte, fora do alcance visual dos guerrilheiros, e um helicóptero descaracterizado colombiano. Após vinte e dois minutos em solo inimigo e na presença de centenas de insurgentes, a aeronave de asas rotativas decolou com os quinze reféns previstos. Já afastado do perigo, os reféns foram informados que se tratava do Exército Nacional e que eles estavam livres. (CUÉLLAR, 2009).

A partir desse momento são relatadas várias passagens que demonstram o sucesso que foi a operação.

Passaram-se os minutos em um carnaval de risos, abraços e lágrimas de quinze seres humanos voando sobre as selvas de Guaviare, que haviam sido sua prisão por tantos anos e que agora eram testemunhas de sua liberdade, uma liberdade alcançada sem armas, sem um único tiro e sem perda de vidas. (CUÉLLAR, 2019, p. 282).

Sem dúvida, tratava-se de um fato histórico que representava o mais duro golpe jamais dado às FARC; fortalecia a credibilidade e o moral das forças militares, mas, principalmente, trazia à liberdade quinze seres humanos. (CUÉLLAR, 2019, p. 290).

Segundo Cuéllar (2019, p. 293), a fala do Ministro da Defesa, Juan Manuel Santos, durante coletiva de imprensa, foi “em uma operação especial planejada e executada por nossa inteligência militar, foram resgatados são e salvos quinze reféns que se encontravam nas mãos das FARC”.

Refém de alto valor para os guerrilheiros, por se tratar de um membro político e uma candidata à presidência da Colômbia, Ingrid Betancourt teve a primeira conversa com sua mãe registrada, depois de anos de cativeiro:

- Mamãe, estou viva, estou livre! Mamãe, o Exército me resgatou! Temos de confiar no Exército. O que eles fizeram, mamãe, é a coisa mais extraordinária. É uma página da história, de grandeza, de heroísmo. Eu estou tão orgulhosa de meu Exército, de ser colombiana! (CUÉLLAR, 2019, p. 294).

A Operação Xeque foi a cereja do bolo das diversas perdas que as FA impuseram aos insurgentes das FARC no século XXI, ao nível de deixá-los no pior momento da sua história, como abordado a seguir:

A morte de três membros de seu secretariado, a baixa ou captura de seus principais líderes estratégicos, a desmobilização de uma média de dez guerrilheiros por dia, que abandonam a infâmia de uma organização capaz de manter reféns tantas pessoas inocentes durante anos, são fatores que debilitaram esse grupo, cujos atos são repudiados tanto na Colômbia como no mundo inteiro. (CUÉLLAR, 2019, p. 19).

### **4.3 Contextualização histórica do Afeganistão**

O Afeganistão possui um histórico de insurgências prolongadas e marcadas, principalmente, por questões culturais, que envolvem tribo e religião, e questão de governo.

Primeiramente, é um país habitado por diversas tribos de diferentes etnias, com um histórico de rivalidade entre si, destacando-se os pashtuns, de postura radical e maior penetração no meio rural, e os tadjiques, que são moderados e atuam mais nos núcleos urbanos, sendo ambas a maioria. Quanto à religião, o Islã representa

praticamente a totalidade da população, sendo composta por 90% de muçulmanos sunitas e 9% de xiitas. Quanto ao governo, segundo Barfield (2012 apud AZEVEDO, 2015) é preciso entender que o Estado governado por uma autoridade nacional não possui controle pleno sobre todo o território afegão. Por séculos, no país, a autoridade estatal exerceu o poder direto sobre os centros urbanos, enquanto nas comunidades das regiões rurais o controle não era rígido, permitindo que questões políticas locais, dentre outras, fossem tratadas de forma independente.

Entretanto, durante o século XX, observou-se a intenção de centralizar o Estado, o que foi visto pela população rural como uma interferência em sua governança. Na década de 1970, o nível de intervenção do presidente Daoud foi tamanha que a população rural começou a se revoltar e a perder o controle, culminando, em 1978, na desestabilização do país. Esse cenário, em plena Guerra Fria, foi o estopim para que a URSS, temendo uma aproximação do Afeganistão com o Ocidente, intervisse militarmente no país em 1979. (LIEBL, 2007; BARFIELD, 2012; DORRONSORO, 2007; GIUSTOZZI; IBRAHIMI, 2012 apud AZEVEDO, 2015).

De acordo com Visacro (2009), apesar da surpresa norte-americana e da repercussão negativa com o ato soviético, a opinião pública não se manifestou. Porém, naquele momento, inúmeros jovens defensores da causa Islã se voluntariaram para fazerem parte dos mujahidin (forças rebeldes afegãs) e resistiram ao Exército Vermelho. A violência se espalhou pelas áreas rurais e a população das várias tribos lutou de forma isolada contra o invasor, formando grupos guerrilheiros. Enquanto os insurgentes se opunham ao governo do presidente empossado pró-soviético Najibullah, este fazia concessões às milícias locais e as fortalecia. Após os soviéticos se retirarem do conflito em 1989 e o fim da URSS em 1991, o governo afegão deixou de receber ajuda do Kremlin e entrou em crise, até que o presidente perdeu o poder em 1992. Nessa época, as milícias não estavam mais sob o controle do governo e já competiam entre si ao exercerem seu domínio sobre regiões.

Diante desse cenário conturbado, surgiu um dos movimentos insurgentes mais influente no Afeganistão, o Talibã, descrito por Visacro (2009, p. 209) como “o movimento dos ‘estudantes de religião’ [...] era o resultado de uma combinação explosiva de preceitos jihadistas e anti-xiitas sobre uma juventude pashtuns, predominantemente rural [...]”.

Segundo Azevedo (2015), o Talibã infiltrava insurgentes nas regiões rurais do país, cooptava a população de forma violenta ou não e minava os governos locais até

ocupar os seus lugares e passar a ditar as regras. Sua capacidade de poder e influência permitiu manipular a mídia para propagar campanhas a seu favor.

Rapidamente, o Talibã se estabeleceu e expandiu pelo território afegão, projetando seu poder militar sobre as cidades ao conquistar Candaar, Herat e Cabul entre 1994 e 1996. (SCHEUER, 2004; EASO, 2012 apud AZEVEDO, 2015). Nessa época, os talibãs já eram apoiados financeiramente pela Al Qaeda (organização fundamentalista islâmica) para o suporte às suas ações militares.

Segundo Rashid (2009 apud AZEVEDO, 2015), o movimento angariava a repulsa da comunidade internacional e se isolava à medida em que o nível de violência e de enfrentamentos praticados pelo Talibã aumentava, fruto de tensões com organismos internacionais de ajuda, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e com Organização não Governamental (ONG) de assistência à saúde para o povo afegão.

Um ator que teve um papel de suma importância no desenrolar dos conflitos no Afeganistão foi a Aliança do Norte, que era formada por afegãos da tribo tadjique para se contraporem ao Talibã. Conforme Visacro (2009, p. 205), representou a “principal força de oposição armada ao novo regime”. Todavia, apenas esta força local não seria capaz de agir em uma contrainsurgência para derrotar o Talibã, pois não possuía meios adequados e suficientes para tal.

Em 11 de setembro de 2001, o ataque terrorista em solo americano afetou o *status quo* do Afeganistão e dos seus atores locais, como o Talibã, a Al Qaeda e a Aliança do Norte. Para reagir prontamente, os EUA planejaram uma invasão ao Afeganistão para remover o Talibã do poder e desmantelar a Al Qaeda, chamada Operação Liberdade Duradoura.

Para tal, segundo Jorge (2009, p. 101), foi utilizado “um plano militar sugerido pela Agência Central de Inteligência, o qual se constituía no uso de Forças de Operações Especiais, poder aéreo e aliados locais – no caso, a Aliança do Norte.”

#### **4.4 Enfrentamento dos insurgentes no Afeganistão**

A guerra irregular no Afeganistão teve dois períodos marcantes que mostram diferentes ações realizadas por FA no combate aos insurgentes, que serão abordadas a seguir como forma de se identificar pontos positivos e negativos em uma contrainsurgência.

Inicialmente, houve a chamada Primeira Guerra do Afeganistão (1979-1989), travada entre as FA da URSS e grupos guerrilheiros representados pelos mujahidin. A experiência adquirida pelo Exército Vermelho em guerras convencionais não foi capaz de propiciar aos militares soviéticos expertise para lutarem contra pequenos grupos guerrilheiros. Segundo Visacro (2009), os militares soviéticos não possuíam a doutrina de contrainsurgência para atuarem com iniciativa e liberdade de ação em suas operações.

A resistência dos guerrilheiros afegãos se mostrou uma barreira para a vitória soviética, resultando em atos reprováveis, por parte dos militares, classificados como crimes de guerra. Dessa forma, Visacro (2009) aponta as violentas retaliações e o emprego da força de forma desproporcional contra os afegãos, o bombardeio indiscriminado, o uso de armas químicas e a destruição de bens de interesse para os afegãos, acarretando a fuga de milhões de civis para o Irã e o Paquistão e resultando no maior contingente mundial de refugiados na época. Essas ações criaram um sentimento de rancor contra os soviéticos e apenas ajudaram a fortalecer as guerrilhas. Visacro aponta muito bem um erro cometido pelos militares da URSS em uma guerra irregular:

O Exército Vermelho ignorou o pressuposto básico da contrainsurgência, isto é, o apoio da população, acreditando que sua superioridade bélica convencional bastaria para vencer a guerra irregular movida por um povo motivado ideologicamente pelos preceitos do islamismo político. (VISACRO, 2009, p. 203).

Do exposto, inevitavelmente, resultou a derrota dos soviéticos, que se retiraram completamente do Afeganistão em 15 de fevereiro de 1989, após terem sucumbido à resistência mujahidin.

Posteriormente, houve a Segunda Guerra do Afeganistão, iniciada em 2001 e ainda em curso, travada pelos EUA, com seus apoiadores, contra o Talibã.

A partir do momento em que os EUA identificaram que havia sofrido um ataque terrorista, o Comando de Operações Especiais dos EUA (SOCOM, em inglês) já sabia que seria acionado para cumprir alguma missão. Com equipes adestradas e prontas para o emprego naquele ambiente, em 20 de outubro de 2001 as Forças Especiais 534 e 595 foram infiltradas ao norte do Afeganistão com todo o aparato de comunicação necessário para contato com os superiores e com as aeronaves militares. (DUNNIGAN, 2008 apud RODRIGUES, 2017).

Essas equipes uniram-se à Aliança do Norte, na cidade de Mazar-I-Sharif e no Vale Panjit, para treiná-la e apoiá-la no combate aos insurgentes. Em conjunto,

localizaram e marcaram alvos do Talibã e, por meio de comunicação direta, guiaram bombas inteligentes lançadas pelas aeronaves de ataque. (DUNNIGAN, 2008 apud RODRIGUES, 2017). Segundo Rodrigues (2017), esses ataques aéreos, guiados pelas forças especiais, neutralizaram insurgentes protegidos e impactaram meios terrestres do Talibã e da Al-Qaeda.

Após as baixas devido ao êxito inicial dos ataques, o Talibã e a Al-Qaeda se espalharam em pequenos grupos e se esconderam em cavernas nas montanhas. Mais uma vez as forças de operações especiais entraram em cena para localizá-los, por meio de atividades de reconhecimento e de inteligência, como infiltração e coleta de informações. Cabe ressaltar que foram utilizados elementos de operações especiais da Força Delta, dos SEAL, do SAS Britânico, além de outras FA, que se infiltraram e retiraram por helicóptero e, por vezes, atravessando o Afeganistão em veículos leves artilhados, dentre outros. (DUNNIGAN, 2008 apud RODRIGUES, 2017).

O sucesso dessas ações empregadas pôde ser descrito no trecho de Gall (2014 apud AZEVEDO, 2015, p. 136) “os EUA derrubaram o Talibã em dezembro de 2001, ao promoverem uma ação conjunta entre a Aliança do Norte, CIA e suas Forças Especiais, com forte apoio logístico e aéreo”, assim como nos trechos abaixo:

Uma vez que as Forças Especiais deixaram claro o que as “bombas inteligentes” poderiam fazer, muitos combatentes afegãos do Talibã fizeram a opção por mudar de lado e juntar-se a Aliança do Norte, render-se ou apenas ir para casa. (DUNNIGAN, 2008 apud RODRIGUES, 2017, p. 28).

Em vez de se mover em um terreno que expeliu exércitos invasores no passado, os EUA escolheram lutar com Forças de Operações Especiais e bombas do tipo cirúrgico. Esta aplicação habilidosa do poder norte-americano teria permitido que a Aliança do Norte derrubasse o Talebã em apenas dois meses. (JORGE, 2009, p. 52).

Outro ponto fundamental para o êxito da missão foi a interação das forças especiais americanas com a Aliança do Norte e a população afegã. Por terem sido treinados sobre as características da região, os militares se adaptaram ao meio vestindo-se e comportando-se como afegãos, utilizando barbas longas e a língua falada local, por exemplo. Além de ser uma forma de não serem detectados pelos insurgentes, essa tática serviu para estreitar o relacionamento com os aliados locais e conquistar o apoio da população afegã, afastando, de certa forma, a percepção da presença militar estrangeira. (DUNNIGAN, 2008 apud RODRIGUES, 2017).

Uma arma não letal de sucesso em uma contrainsurgência empregada no Afeganistão foi citada por Rodrigues:

A guerra psicológica foi uma arma muito importante do conflito e tinha como suas principais tarefas o desgaste do moral inimigo, a conquista do apoio do

povo afegão, o fomento à repudia da população à presença de terroristas no Afeganistão e a promoção da paz após a saída do Talibã do poder (DUNNIGAN, 2008 apud RODRIGUES, 2017, p. 30).

Nesse contexto, além de terem sido familiarizados com a cultura local, as forças especiais utilizaram a psicologia no trato com o povo. As equipes possuíam dois paramédicos especializados no tratamento de ferimentos e de doenças características da região, de forma que, sempre que possível, prestavam um apoio de saúde aos necessitados, conquistando corações e mentes. (DUNNIGAN, 2008 apud RODRIGUES, 2017).

Segundo Rodrigues (2017) as campanhas de operações psicológicas foram empregadas primeiramente pelas forças especiais em função destes militares estarem treinados e terem tratado o povo afegão com respeito e simplicidade, reforçando que suas presenças tinham como objetivo capturar os terroristas responsáveis pelo atentado que vitimou tantos cidadãos norte-americanos.

#### **4.5 Análise dos resultados**

Diante dos dados apresentados sobre os conflitos na Colômbia e no Afeganistão, observa-se em ambos características marcantes da guerra de quarta geração e da guerra irregular, defendidas por Lind e Pinheiro, respectivamente, no referencial teórico, pelo fato de que os conflitos ocorreram entre as FA colombianas (ator estatal) e as FARC (ator não estatal), assim como entre as FA americanas (ator estatal) e o Talibã (ator não estatal). Além do mais, ratificando o que citou Visacro sobre guerra irregular na seção 3, pode se constatar que os conflitos em ambos os países perduraram por longos anos, de forma que os insurgentes buscaram instabilizar e desgastar os oponentes, utilizando práticas de resistência.

Outro ponto que pode ser observado, corroborando a teoria de Clausewitz e de Schuurman apontada na seção 3, é o acaso e a névoa de ambos os conflitos, marcados pela complexidade dos cenários, das relações e dos fatores envolvidos na luta contra os insurgentes, exigindo uma análise estratégica nesse enfrentamento. Nesse contexto, viu-se, por exemplo, que o difícil acesso à densa e vasta floresta colombiana e o perfil dos guerrilheiros das FARC acarretaram percalços durante a elaboração e a execução da bem-sucedida Operação Xeque para localizar e resgatar os reféns com vida, mesmo com um planejamento minucioso e detalhado, elaborado por meses pela inteligência das FA colombianas.

Como apontado por Marília Souza e Visacro no referencial teórico, os conflitos no Afeganistão tiveram origem por questões culturais e governamentais, sendo as últimas por ineficiência, disputas internas pelo poder e falta de legitimidade. Essa abordagem é corroborada em função das disputas entre as tribos afegãs de diferentes etnias (pashtuns e tadjiques), espalhadas por zonas urbanas e rurais, e, posteriormente, pelo Talibã, que expandiu seu domínio minando os governos locais para ocupá-los e ditar as regras do movimento.

Conforme observado na Primeira Guerra do Afeganistão, o emprego militar soviético contrariou a tese do apoio à população como sendo um centro de gravidade em uma guerra irregular, defendida por Clausewitz e Visacro no referencial teórico. Esse posicionamento pode ser ratificado quando Azevedo aborda que:

Eles invadiram o Afeganistão com uma força convencional para lutar contra um oponente não convencional. Aparentemente, os soviéticos não compreendiam a natureza da ação de contrainsurgência “centrada na população”, em razão disso, ao invés de atrair a população local para o seu lado, eles a aterrorizaram. (AZEVEDO, 2015, p. 167).

Em contrapartida, na Segunda Guerra do Afeganistão, as forças especiais americanas buscaram obter o apoio da população afegã, conforme preconizado por Clausewitz e Visacro, adaptando-se à cultura local, empregando operações psicológicas ao prestar apoio de saúde aos necessitados e tratando o povo com respeito.

A partir dos dados obtidos, buscou-se mostrar que a atuação das Forças Armadas, com recursos humanos treinados, capacitados e especializados, utilizando técnicas e ferramentas apropriadas para atividades de contrainsurgência, especificamente com o emprego de Forças de Operações Especiais e de atividades de inteligência, contribui para o restabelecimento da soberania do Estado, na medida em que o combate eficiente aos insurgentes afeta a sua estrutura e a sua vontade de lutar e o isola do seio da sociedade, levando segurança à população.

Dos dados históricos obtidos dos países, verifica-se que os grupos insurgentes FARC e Talibã surgiram e se expandiram conforme o Estado se mostrava enfraquecido ou ausente, criando verdadeiros governos paralelos que ameaçavam o próprio Estado ou que impunham suas regras de forma autoritária à população, aumentando a violência a nível nacional e gerando insegurança ao povo, o que corrobora as teses apontadas por Marília Souza e Visacro no referencial teórico.

Nesse contexto de ineficiência do Estado e diante do alcance dos grupos insurgentes, as forças de segurança e as FA que integram o Estado não conseguiram,

inicialmente, conter o avanço dos insurgentes para propiciar a sensação de segurança à população. Dessa forma, como observado nos dados coletados, a reestruturação e a ação das FA colombianas, bem como a ação das FA americanas, em apoio à Aliança do Norte, no Afeganistão, alteraram o cenário caótico, positivamente, viabilizando as atividades de contrainsurgência, com tropas especiais, no combate às FARC e ao Talibã, conforme tese observada no MD35-G-01 e apontada por Lisboa e Visacro no referencial teórico.

Das várias ações de emprego das FA apontadas na seção 4, observa-se uma que exemplifica a relação entre as variáveis Forças Armadas e segurança. O emprego contínuo e intensivo de ações militares pelo grupo de elite Força de Tarefa Conjunta Ômega, neutralizando lideranças das FARC em 2007, abalou o moral da guerrilha, ao mesmo tempo em que elevou o dos militares e da população colombiana, que notou uma melhora no seu nível de segurança, conforme apontado por Cuéllar. Tal relação entre o emprego das FA e a segurança da população tem amparo na teoria de Galula, apontada na seção 3, ao abordar que o contrainsurgente precisa intensificar sua atividade militar para proteger a população dos insurgentes e, assim, obter o apoio desta.

Pode-se observar nos dados coletados que na Operação Liberdade Duradoura o guiamento dos ataques aéreos realizado pelas forças especiais, neutralizando insurgentes protegidos e impactando meios do Talibã e da Al Qaeda, como apontado por Rodrigues, guarda relação com a tese de ações indiretas para destaque de alvos de interesse para a força aérea, realizadas por forças especiais, como abordado por Lisboa no referencial teórico.

## **5 CONCLUSÃO**

Ao finalizar este trabalho serão revisitados os pontos principais estudados com uma breve síntese, apontando se os objetivos desta pesquisa foram atingidos e a hipótese ratificada, bem como apresentando limitações da pesquisa, contribuições para a Força Aérea Brasileira (FAB) advindas de ações realizadas na Colômbia e no Afeganistão e sugestões de outros pontos a serem pesquisados em trabalhos futuros para o êxito em uma contrainsurgência.

Na seção 1 foi apresentada uma contextualização das características dos conflitos de baixa intensidade, chamados guerras irregulares, que surgiram após o

final da Segunda Guerra Mundial, motivados por fatores políticos, sociais, econômicos, culturais, históricos, religiosos e psicológicos. Basicamente, tais conflitos se diferem dos convencionais em função da perda do monopólio do Estado sobre a guerra, passando a protagonistas atores não estatais ou forças irregulares, chamados de insurgentes, que se infiltram na população e são combatidos por FA regulares em diversos países. Além do mais, foi apontada a presença de insurgentes no Estado com um governo local legitimamente fraco, que exercem influência sobre a população por meio da violência e ocupam espaços deixados pelo governo.

Na seção 3 foram abordadas as teorias e as premissas que tratam sobre a névoa dos conflitos armados, os aspectos característicos da guerra irregular, a população como centro de gravidade em uma guerra irregular e o emprego das forças especiais em conflitos irregulares, enfatizando atividades voltadas à inteligência, tudo de forma a dar embasamento à tese apresentada neste estudo a partir dos dados obtidos.

Na seção 4 foram tratadas as especificidades dos cenários de insurgência da Colômbia e do Afeganistão, diante de intensas disputas políticas entre personagens antagônicos, em um cenário de Estado falido, com um governo fraco ou ausente. Discorreu-se sobre como surgiram as FARC e o Talibã e como se expandiram juntamente com a violência, afetando diretamente a população e a estrutura de governo nesses países. Além do mais, foi abordada a história recente dos conflitos irregulares nesses locais, com o enfoque das ações de contrainsurgência realizadas pelas FA no combate às forças irregulares.

A presente pesquisa teve como objetivo geral identificar em que medida a atuação das Forças Armadas, em locais dominados por insurgentes na Colômbia e no Afeganistão, contribui para o restabelecimento da soberania do Estado. A partir dos dados obtidos e dos resultados analisados pode-se inferir que este objetivo foi alcançado, visto que a maior intensidade de atuação das FA em contrainsurgência, com o emprego de Forças de Operações Especiais e de atividades de inteligência, desestabilizou e enfraqueceu os insurgentes e aumentou a percepção de segurança da população e o apoio desta aos contrainsurgentes, em função de o povo se sentir mais protegido, contribuindo para o restabelecimento da soberania do Estado.

Em relação aos objetivos específicos, foi identificado o emprego de atividades de inteligência para rastrear os guerrilheiros das FARC e localizar os reféns sob seu domínio com equipamentos de comunicação e localização modernos, foi identificada

a conquista do apoio da população afegã, pelas FA americanas, por meio da adaptação à cultura local e do apoio de saúde aos necessitados, assim como foi identificado, também, o emprego de Forças de Operações Especiais para neutralizar lideranças das FARC e efetuar o guiamento dos ataques aéreos para neutralizar combatentes e meios do Talibã e da Al Qaeda.

Em relação à hipótese levantada nesta pesquisa de que a segurança da população, em áreas dominadas por insurgentes, tende a ser garantida com o emprego das Forças Armadas, constatou-se na análise dos resultados que a mesma foi ratificada, pois ao intensificar a atividade militar das FA contra os insurgentes com eficiência consegue-se aumentar a percepção do nível de segurança da população, já que esta se sente mais protegida.

A partir dos resultados analisados, foi possível responder ao problema de como as Forças Armadas, na qualidade de ator estatal, podem atuar para restabelecer a soberania do Estado em áreas dominadas por insurgentes na Colômbia e no Afeganistão. Para tal, é preciso que as FA empreguem Forças de Operações Especiais e atividades de inteligência, com recursos humanos treinados, capacitados e especializados, utilizando técnicas e ferramentas apropriadas em contrainsurgência, afetando a estrutura e a vontade de lutar dos insurgentes e os isolando da população civil.

Quanto à metodologia, abordada na seção 2, buscou-se em publicações e trabalhos científicos dados sobre a atuação das FA em contrainsurgência na Colômbia e no Afeganistão. Diante do escopo da pesquisa, foram levantados dados que, diante da teoria, pudessem demonstrar ações, caminhos e meios para se combater os insurgentes. A partir daí, os dados foram analisados e interpretados para se estabelecer a relação entre o emprego eficiente das FA e o aumento da percepção da segurança da população.

Como contribuição deste trabalho de pesquisa para a FAB, cumpre ressaltar que o investimento adequado em inteligência e em forças de operações especiais e o emprego correto dessas ferramentas pelas FA, dado o leque de atividades em que possam ser empregadas, permitirão à FAB executar ações de força aérea com êxito em um eventual cenário de contrainsurgência, como observado na exfiltração aérea do grupo de comando especializado no meio da selva e no transporte aéreo logístico no resgate de reféns em local de difícil acesso, ambos na Colômbia, assim como no

guiamento aéreo avançado e no ataque realizados contra o Talibã e a Al Qaeda no Afeganistão.

Este artigo buscou apresentar alguns pontos fundamentais para se alcançar o sucesso em uma contrainsurgência, focando no emprego militar das FA não voltado, prioritariamente, ao uso convencional da força. A complexidade do tema e os desafios impostos por cada cenário mostraram que não há um *checklist* ou uma solução apenas, mas sim um conjunto de providências e ações de vários atores adotadas de forma integrada e sinérgica. Portanto, devido a essa complexidade e à amplitude do tema, além da restrição de tempo para pesquisa, a abordagem deste trabalho foi limitada à pesquisa apenas da atuação das FA, como sendo um aspecto importante da contrainsurgência. Porém, sugere-se expandir a pesquisa para atores civis, estatais ou não, que possam atuar de forma integrada com as FA, em diversas frentes, no enfrentamento dos insurgentes.

Na guerra irregular, derrotar o inimigo não é o único caminho para o sucesso. Essa é uma das ações a serem executadas, dentre outras que devem ser mantidas além do término do conflito, visando à manutenção de uma estabilidade na região. Destarte, sugere-se, também, que sejam pesquisadas outras abordagens na contrainsurgência, voltadas à implementação de políticas públicas, que possam contribuir para isolar os insurgentes, reduzir a ação de forças irregulares e garantir o bem-estar da população de forma perene.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, C. V. D. **Operações de contrainsurgência: debates e desafios à luz dos acontecimentos no Afeganistão após 2001**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 9/GAP/MD, de 13 de janeiro de 2016. Aprova o Glossário das Forças Armadas (MD35-G-01). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, n. 14, 21 jan. 2016.
- CLAUSEWITZ, C. V. **Da guerra**. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- CUÉLLAR, J. C. T. **Operação Xeque: a verdadeira história do resgate de Ingrid Betancourt**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2009.
- GALULA, D. **Counterinsurgency warfare: theory and practice**. London: Praeger Security International, 2006.
- LIND, W. S. "Compreendendo a Guerra de Quarta Geração." **Military Review (Edição Brasileira)**, p. 12-17, jan./fev. 2005. Kansas: Centro de Armas Combinadas, 2005.
- LISBOA, R. A. P. A relevância das operações especiais no contexto dos conflitos contemporâneos. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, Brasília, ano 5, n. 10, p. 36-45, jan./abr. 2017.
- PEDROSA, H. V. L. O conflito colombiano e suas implicações para o Exército Brasileiro. **A Defesa Nacional**, v. 104, n. 832, p. 75-82, 1 mar. 2017.
- PINHEIRO, A. D. S. O conflito de 4ª geração e a evolução da guerra irregular. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, n. 16, 1 dez. 2007. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/258/227>. Acesso em: 17/03/21.
- RIPPEL, M. P. O plano Colômbia como instrumento da política norte americana para a América Latina e suas conseqüências. **Revista da Escola de Guerra Naval**, [S.I.], n. 7, p. 83-112, mar. 2017.
- SANTOS FILHO, J. E. D. Os Estados Unidos e a reestruturação das Forças Armadas da Colômbia: apoio tecnológico, transformação organizacional e atualização doutrinária. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, v. 5, n. 9, p. 1-26, jan. 2018.
- SCHUURMAN, B. Clausewitz and the "New Wars" Scholars. **Parameters**, v. 40, n. 1, p. 89-100. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, 2010.
- SOUZA, M. C. B. O conceito de áreas não-governadas ou black spots e os desafios políticos e teóricos para a agenda de segurança do pós guerra fria. **Ensaio do IEEI**, n. 14, ago. 2012.

VISACRO, A. Fazendo as coisas certas: segurança e defesa do Estado moderno. **Cadernos de Estudos Estratégicos**. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, n. 1, p. 49-80, mar. 2019.

VISACRO, A. **Guerra irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

VISACRO, A. "T. E. Lawrence: Ações indiretas e o emprego de forças especiais". **Military Review (Edição Brasileira)**. p. 2-9, nov./dez. 2012.